

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E A ARTE

Georges Duby

Tradução do francês: Heloísa Jahn

RESUMO

Num texto autobiográfico, Duby conta como seu trabalho de historiador foi-se dirigindo para o que Lucien Febvre, fundador da *escola dos Annales*, reclamava não existir: a história explicada não apenas através da economia, mas também das civilizações — da cultura. Aquilo que Marc Bloch chamou "atmosfera mental". Duby detém-se especialmente sobre a gênese do nome que assinalou decisivamente a especificidade da escola histórica francesa, marcada pela denominação "história das mentalidades". Na mesma época Duby participou de um projeto editorial sobre a criação artística na história. Falando sobre os problemas encontrados ao ter como material de trabalho objetos, e não palavras, dificuldades sobretudo de ordem metodológica, Duby desvenda suas próprias emoções de apaixonado pela arte.

SUMMARY

In an autobiographical text, Duby reflects upon how his work as an historian moved increasingly in the direction of what Lucien Febvre (founder of the "Annales School"), claimed not to exist: history explained in terms of civilization or Culture, and not simply in terms of economic Structures — that which Marc Bloch called "mental atmosphere". Duby dedicates special attention to the Origins of the term that came to mark the French historical School decisively: "*mentalités*". Duby also recollects the period when he participated in an editorial project on artistic creation in history. Addressing the problem of using objects and not words as source material, involving mainly methodological obstacles, Duby explores his own feelings as an art-lover.

QUE MENTALIDADE É ESSA?

Em 1974, Jacques Le Goff escrevia: "Fala-se muito de história das mentalidades, mas dela se dão poucos exemplos convincentes. Ao mesmo tempo que se trata ainda de uma frente pioneira, de um campo a ser arroteado, pode-se perguntar se a expressão recobre uma realidade científica, se contém uma coerência conceitual, se ela é epistemologicamente operatória. Tendo entrado na moda, ela já parece fora de moda. Deve-se ajudá-la a ser ou a desaparecer?" ("Les mentalités, une histoire ambiguë". In: J. Le Goff e P. Nora. Faire de l'histoire, v. 3, pp. 76-94).

Naquela altura o núcleo mais autorizado da "école des Annales" já se preocupava com o repentino e ambíguo sucesso que o estudo das mentalidades registrava na França. Na realidade, a forte ressurgência nos anos 70 do projeto

historiográfico lançado, meio século antes, por Marc Bloch no seu luminoso livro *Les rois thaumaturges* (1924) foi o resultado de dois movimentos convergentes. Em primeiro lugar houve uma certa saturação de estudos quantitativos, sobretudo nas temáticas que continham um referencial estatístico relativamente denso. De fato, nos anos 1950-70 a historiografia européia e americana foi dominada pela preocupação de medir, pesar, calcular o que as sociedades modernas e contemporâneas consumiam, perdiam ou produziam.

Foi o período em que apareceram estudos quantitativos decisivos como *"Prices in Europe from 1450 to 1750"* de Fernand Braudel e F. Spooner (Cambridge Economic History of Europe, v. 4, 1967, pp. 378-486) e, no outro lado do Atlântico, já bastante mesclado com a econometria, *Time on the cross*, de Stanley L. Engerman e Robert M. Fogel (2 vols., 1974).

Quem estudou história nessa época catou onde pôde séries numéricas para desenhar laboriosamente — com réguas, compassos, lápis afiados e papel semilogarítmico — curvas e gráficos hoje tornados banais pelos programas de computador. Na hora de comentar figuras que ocupavam metade da página, o vernáculo tinha de ser rudemente malhado para deitar alguma tintura em cima da cinza aritmética. Há textos de Vitorino Magalhães Godinho que são, nesse sentido, bastante ilustrativos: "Essa crise, depois de chicotear os preços num derradeiro sobressalto, inflete as curvas de longa duração em sentido descendente", escrevia o mestre a respeito da recessão portuguesa iniciada em 1806 (Introdução à história econômica, 1971).

Até hoje a documentação histórica dos arquivos públicos traz marcas da perseguição desenfreada às cifras: os manuscritos que contêm números estão quase sempre separados da papelada tradicional onde escribas de antanho os haviam costurado. Os caçadores de números que passaram por ali retiraram esses maços para microfilmá-los, e os deixaram assim de lado, como uma carcaça de bicho escorchado. Carlo Ginzburg, apoiando E.P. Thompson, protestava vivamente contra essa tirania dos números no prefácio de *O queijo e os vermes* (1976).

O outro fator que impulsionou a voga das mentalidades foi o sucesso crescente conquistado pela narrativa-em-si, às vezes em detrimento do contrapeso crítico gerado pela análise das fontes. Historiadores de um documento só não hesitavam em colocar sociedades e épocas inteiras no divã, psicanalizando vastas comunidades a partir de um solitário depoimento pescado num processo qualquer. O próprio Ginzburg deu, no texto citado acima, uma boa traulitada nesse tipo de devaneio ideológico ao classificar o ensaio de Michel Foucault e outros, *"Moi, Pierre Rivière, ayant egorgé ma mère, ma soeur et mon frère"* (1973), de irracionalismo estetizante: "É o êxtase [de Foucault] diante do estranhamento absoluto, que na realidade é fruto da recusa de análise e interpretação". Ginzburg procurava, com efeito, evitar o "famigerado positivismo ingênuo", sem entretanto embarcar em aventuras literárias que jogavam a metodologia histórica para o espaço.

No Brasil, onde sobram cátedras de teoria de história — matéria que muitos dos grandes historiadores nem sequer cursaram — e faltam professores de paleografia — que o comum dos historiadores deveria ter frequentado —, o "frisson" causado pelo estudo das mentalidades não podia deixar de ser forte.

"Como sempre, quando a Europa diz 'mata' o Brasil diz 'esfola'", escreveu Antonio Candido justamente a respeito da mania nacional de exagerar vieses

européus. Na circunstância, os "famigerados" quantitativistas, que se procurava esfolar, nem chegaram a sentar praça por aqui. Apesar disso, começou-se a questionar séries que poderiam vir a ser estabelecidas, duvidar de periodizações ainda não formuladas, evitar curvas que ainda não estavam traçadas, topar, numa boa, 8 ou 80, em nome do repúdio ao positivismo. Antes que a pesquisa quantitativa tivesse trazido à tona a materialidade do terreno histórico brasileiro, os estudos sobre as mentalidades foram logo nobilitados sob o pretexto de que havia entre nós atraso nessa área.

*Ora, o que diz o texto abaixo, o que ensina a própria obra de Duby, de *Le Roi Ladurie*, de *Le Goff*, é que os bons historiadores das mentalidades são também, et pour cause, bons historiadores da materialidade. Da materialidade econômica, da materialidade demográfica, como insistia reiteradamente Philippe Ariès, da história institucional, jurídica, epidemiológica, da cronologia. Escritas pelo grande mestre francês numa obra recente em que ele discorre sobre o ofício de historiador*, as advertências expressas nas páginas que se seguem podem ser bastante instrutivas para todos nós. (Luiz Felipe de Alencastro)*

(*) Por especial deferência de Georges Duby, Novos Estudos publica a tradução dos capítulos IX e X do seu último livro *L'histoire continue*. Paris: Editions Odile Jacob, 1991.



Mentalidades

Para falar a verdade eu me lançara bem antes [no estudo das mentalidades], já a partir de 1955. Além disso não me aventurava sozinho. Robert Mandrou ia comigo e Lucien Febvre havia aberto o caminho.

Penso que minha dívida para com Lucien Febvre equivale a minha dívida para com Marc Bloch. Eu lera os dois com a mesma paixão. Febvre, a quem André Allix me apresentara durante o inverno de 1944, me orientou diretamente. Eu andava atrás de liberdade, convencido de que convinha não ficar fechado entre os medievalistas. Recebi uma acolhida simples, robusta, estilo camponês, que me conquistou. Além disso ele me deu segurança, que é o que os iniciantes esperam, antes de mais nada, de um orientador. Lucien Febvre sempre me estimulou a ser mais audacioso, a não ficar paralisado por uma erudição detalhista, a voar com minhas próprias asas. A ele meus agradecimentos — e em voz bem alta, sobretudo porque no momento em que escrevo esse inimitável historiador é visto com certa reserva. Pessoas que não sabem o que era resistir sob a bota alemã para não arriar a bandeira criticam sua obstinação em manter vivos os *Annales* durante a ocupação. Costumam contrapô-lo a Marc Bloch, cujo papel é magnificado enquanto minimizam o seu. Ora, se algum dia existiu uma "escola dos *Annales*" foi sem dúvida graças a Lucien Febvre.

Era necessário um quadro, todo um aparelho. Bloch, por seu jeito de ser, não estava inclinado a construí-lo. Lucien Febvre construiu, valendo-se de sua generosidade cativante, de sua calorosa receptividade que resultava em

adesões e apoios graças aos quais fundou solidamente uma instituição. A revista ele criou, depois ressuscitou. Desde a Liberação ele obteve da Fundação Rockefeller os meios necessários para criar, ajudado por Clemens Heller, a VI seção da Ecole Pratique des Hautes Études. Claro, os que pagavam — e bem — davam palpite na hora de criar programas de pesquisa no interior dessa entidade. Exigiram que as pesquisas fossem desenvolvidas dentro de um quadro, o quadro das "áreas culturais", que, hoje se constata, não era o quadro ideal. Mas os efeitos nocivos dessa decisão imposta desaparecem diante do imenso ganho resultante dessa criação. Afirmo que ela está na fonte da corrente tonificante que determinou o sucesso da escola histórica francesa. Matriz ao mesmo tempo da atual Maison des Sciences de l'Homme e da atual Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, a VI seção, que, pela primeira vez, reunia ao redor da história todas as outras disciplinas aplicadas ao estudo das sociedades humanas, derramou profusamente durante trinta anos pela França, pela Europa e pelo mundo o fluxo de suas provocações, de suas interrogações desnorteantes, estimulantes, que pouco a pouco acabaram com as escleroses e cuja força conquistadora vinha dos recursos que Lucien Febvre soubera captar. Esses recursos serviram, especialmente, o que a meus olhos é essencial, para detectar os jovens talentos assim que eles se manifestavam, para dar-lhes condições de desenvolvimento, para atraí-los para um único centro a fim de que trabalhassem juntos nos avanços de pesquisas judiciosamente coordenadas. A "Ecole" não teria mostrado tanto vigor sem esse rejuvenescimento constante das equipes, tão fecundo, tão necessário, que eu lamento ter encolhido incessantemente na França desde o final desse tempo feliz em que não faltava dinheiro e existia o desejo atento de não se deixar entorpecer pelo desenvolvimento insidioso do espírito de igreja.

Mais ainda que Marc Bloch, Lucien Febvre estava convencido de que a economia não basta para explicar as estruturas e a evolução de um grupo social. Essa convicção estimulou-o a dar outro título à revista: *Annales. Economics, Sociétés, Civilisations*. A economia continuava à frente, mas o social instalava-se no âmago do projeto, em posição mestra, e o lugar que lhe haviam destinado os fundadores em 1929, complementar, e não acessório — muito pelo contrário, aberto para o futuro da pesquisa —, era agora atribuído às "civilizações", ou seja, àquilo que hoje denominaríamos mais facilmente cultura. Com efeito, diferentemente de Braudel, cuja maneira de escrever história deriva de uma conjunção entre os procedimentos do geógrafo e do economista e que confessava sem pejo sua hesitação em aventurar-se pelo terreno do cultural, em especial do religioso, Lucien Febvre, extraíndo suas informações mais das obras literárias que dos mapas e muito mais que das estatísticas, sentia-se mais à vontade nesse que em qualquer outro terreno.

Nesse ponto Mandrou podia considerar-se seu herdeiro direto; ora, se ele se desentendeu com Braudel foi, sem dúvida alguma, por ter-se referido muito abertamente a essa filiação. Mandrou trabalhava na VI seção, à sombra do chefe. Quando Febvre mandou me propor que escrevesse uma curta

história da civilização francesa¹ (não vou me estender mais longamente sobre esse livro, embora sinta uma certa ternura por ele: foi minha primeira tentativa de síntese), pedi ajuda. Me ofereceram Mandrou. Trabalhamos juntos. Essa tarefa comum criou uma ligação estreita entre nós, o que me aproximou da "Ecole", e nos dedicamos a explorar o que nos legava Lucien Febvre. Marc Bloch, desde os *Reis taumaturgos* e até *A sociedade feudal*, sugeria que se levasse em consideração a "atmosfera mental". Com mais insistência, Febvre exortava a que se escrevesse a história das "sensibilidades", a dos odores, dos medos, dos sistemas de valor, e seu *Rabelais* demonstrava magistralmente que cada época tem sua própria visão do mundo, que as maneiras de sentir e pensar variam com o tempo e que, conseqüentemente, o historiador deve procurar defender-se tanto quanto possível das suas, sob pena de nada compreender. Febvre propunha-nos um novo objeto de estudo, as "mentalidades". Era o termo que ele empregava. Nós o adotamos.

O termo não consta do Littré², embora seja utilizado desde meados do século XIX, através de derivações da palavra mental, para designar, de modo vago, o que se passa na mente. A partir de 1880 passa a ser usado de fato: "Mentalité me plait. Il y a comme cela des mots nouveaux qu'on lance", diz Proust ["Gosto de mentalidade. São palavras novas que às vezes aparecem."].

No caso a palavra dava conta, sempre de forma vaga, de certas disposições psicológicas e morais na avaliação das coisas. Aí por 1920 os sociólogos se apropriaram dela. O título escolhido por Levy-Bruhl para aquela dentre suas obras que é provavelmente a mais polêmica, *A mentalidade primitiva*, iria consagrá-la. De repente, na linguagem universitária, a que ela se incorporou muito depressa, seu sentido se precisou. Eis como a definia Gaston Bouthoul em 1952: "Por trás de todas as diferenças e nuances individuais fica uma espécie de resíduo psicológico estável, composto de julgamentos, conceitos e crenças a que aderem, no fundo, todos os indivíduos de uma mesma sociedade". Era assim que a entendíamos. Não obstante, com uma certa cautela. Com efeito, considerávamos que no seio de "uma mesma sociedade" não existe um único "resíduo". Pelo menos sabíamos que esse resíduo não apresenta a mesma consistência nos diversos meios ou estratos de que se compõe uma formação social. Sobretudo, considerávamos inaceitável qualificar como "estável" esse ou, melhor, esses (fazíamos questão do plural) resíduos. Eles se modificam ao longo das idades e nossa proposta era justamente seguir com atenção essas modificações.

Já não utilizo a palavra mentalidade. Ela não é satisfatória, coisa que em pouco tempo percebemos. Mas na época, no final dos anos 50, ela era bastante adequada, justamente devido a suas fraquezas, a sua imprecisão, para designar a *terra incognita* que convidávamos os historiadores a explorar conosco e cujos limites e topografia ainda nos eram desconhecidos. De que se tratava, na realidade? De transpor o umbral contra o qual vai chocar-se o estudo das sociedades do passado ao limitar-se a considerar os fatores materiais, a produção, as técnicas, a população, as trocas. Percebíamos a urgência de ir além, de ir até essas forças cuja sede não é as coisas mas a idéia que fazemos delas e que, na verdade, comandam de forma imperativa a

(1) G. Duby e R. Mandrou. *Histoire de la civilisation française*, 2 vols. Paris, 1958.

(2) Dicionário clássico francês editado pela primeira vez no século XIX.

organização e o destino dos grupos humanos. Os próprios marxistas, aliás, apontavam-nos o caminho, pois reconheciam que uma classe só adquire existência eficaz quando aqueles que a formam tomam consciência de que fazem parte dela. Íamos mais longe, excluindo a possibilidade de que fosse óbvio que esse sistema de representações mentais mais ou menos claras a que se referem mais ou menos conscientemente as pessoas para se comportar na vida fosse determinado em última instância por condições materiais. Não obstante, enunciávamos dois princípios, a nossos olhos fundamentais.

Em primeiro lugar afirmávamos que o estudo da "longue durée" desse sistema não deve de forma alguma ser isolado do estudo da materialidade, e era justamente para reforçar essa proposição primordial que nos prendíamos à palavra "mentalidade". Outros termos, derivados da palavra espírito, da palavra idéia, teriam a nosso ver pendido excessivamente para o imaterial, com o risco de negligenciar o fato de que os fenômenos cujo estudo sugeríamos estão inevitavelmente ancorados no corporal, e desse modo favorecer a deriva para uma *Geistesgeschichte* sem amarras cujas insuficiências estávamos denunciando. O que buscávamos conhecer efetivamente se passa nas cabeças, que não são separáveis de um corpo, no *animus* e não na *anima*, nos teria talvez observado Hugues de Saint-Victor caso tivéssemos podido pedir sua opinião. E se os rastros deixados pelos "julgamentos", "conceitos" e "crenças" partilhados por nossos ancestrais do século XII, sem dúvida menos palpáveis que os de uma operação de arroteamento ou uma expedição militar — aliás elas próprias dependentes de alguns desses julgamentos, conceitos e crenças —, são igualmente "reais", advertíamos os historiadores quanto ao perigo de interpretá-los sem levar em conta ao mesmo tempo o que informam outros rastros sobre os procedimentos de educação através dos quais se transmitiam de geração em geração essas representações mentais, os comportamentos que estas pensavam justificar, os medos que contribuía para dissipar, as percepções de que se alimentavam e que ao mesmo tempo deformavam, em suma, toda a concretude da existência em cujo seio essas representações tinham suas raízes e sobre a qual repercutiam incessantemente. As mentalidades, que pretendíamos transformar em novo objeto da história, era o que repetíamos incansavelmente contestando os partidários de uma história autônoma do "pensamento" ou da "vida do espírito", só têm interesse, e na realidade só têm existência, quando encarnadas, no sentido imediato e mais forte do termo; mais tarde, procurando o significado das construções cisterciânicas e para tanto informando-me quanto aos preceitos que inspiraram os homens que as edificaram, ou seja, quanto à moral pregada por Bernardo de Clairvaux, tive a satisfação de constatar que aquele homem exigente, por ter meditado longamente sobre o mistério cristão da encarnação, apregoava ele também que os homens não são anjos e que portanto só conseguem elevar suas almas às efervescências do misticismo sublimando impulsos surgidos das profundezas de seu ser carnal, e que ele insistia, tal como nós, pioneiros de uma história das mentalidades, na necessidade de preservar a unidade da carne e do espírito caso se queira entender a metade dos atos de um ser humano.

Não obstante — e este era nosso segundo princípio —, nosso interesse não se dirigia ao indivíduo. Claro, freqüentemente obrigados a obter o que desejávamos atingir através do caso de uma personalidade, esforçávamos-nos por abstrair o que seus pensamentos tinham de singular. Assim como não admitíamos separar esses pensamentos de seu corpo, não tolerávamos que esse indivíduo fosse isolado do corpo social onde se encontrava inserido. Com o termo mentalidades nos referíamos ao conjunto difuso de imagens e certezas impensadas a que se referem todos os membros de um mesmo grupo. Era sobre esse fundo comum, esse núcleo duro subjacente a tudo o que cada pessoa pudesse imaginar e decidir, que propúnhamos que se concentrasse a observação. Ao mesmo tempo chamávamos a atenção para o perigo, apesar da utilização que dele fazia o grandíssimo historiador do sagrado Alphonse Dupront, do conceito, em nosso entender falacioso, de inconsciente coletivo. Porque inconsciente só existe em relação a uma consciência, ou seja, uma pessoa. Ora, o que buscávamos era reconhecer não o que cada pessoa guarda acidentalmente reprimido fora de sua consciência, mas esse magma confuso de presunções herdadas a que, sem prestar atenção mas ao mesmo tempo sem afastar da mente, ela faz referência a todo instante.

Em 1961 tive oportunidade de discorrer um pouco sobre esse projeto, ainda hesitante — nesse momento estávamos esboçando um questionário —, num ensaio de trinta páginas. Curiosamente, foi a sentinela ferrenha da tradição erudita, emboscada em cidadelas ainda invioladas, o Institut, a Ecole des Chartes, os Archives de France, foi um dos adversários mais encarniçados dos Annales, foi Charles Samaran quem me solicitou que o fizesse. Esse erudito respeitável — isso chamou nossa atenção — considerava adequado incluir num volume da *Encyclopédia da Pléiade* dedicado à história e seus métodos um capítulo sobre a história das mentalidades. Escrevi o capítulo. Numa carta agridoce Samaran agradeceu, felicitando-me por ter-me inclinado tão fervorosamente diante de Lucien Febvre, a quem detestava. Isso não o impediu de publicar aquela espécie de manifesto. Havíamos ganhado a parada. Mas aquela pequena vitória pontual manifestava um acontecimento com implicações completamente diferentes. Tornava notório que tudo, mesmo as resistências mais empedernidas, era arrastado pela poderosa corrente que, na França, durante uma década, entre meus 35 e meus 45 anos, graças aos efeitos conjugados dos desafios da antropologia cultural e do degelo do pensamento marxista, desviou o curso da pesquisa em história.

Da arte

Foi naqueles anos que Albert Skira sugeriu que eu trabalhasse para ele. Eu admirava de longe, por seu rigor, seu brilho, sua elegância, os livros que ele publicava. O homem era atraente, sedutor. Tratava seus autores principescamente em sua intimidade, como tratava Max Ernst ou Giacometti, com

a mesma generosidade e a mesma consideração. Na época estava dando andamento a uma coleção nova cujo título ainda não havia definido, onde a criação artística seria situada nos movimentos da história. Resolvera dedicar dois volumes à Idade Média e gostaria de me confiar um dos dois. Eu jamais soube quem — talvez Gaëtan Picon — o instigara a falar comigo. A proposta me entusiasmou. Vinha atender a um desejo muito antigo, o de satisfazer no próprio exercício de meu ofício a inclinação violenta que desde sempre me aproximara da obra de arte. Quando fiz minha primeira visita a Charles-Edmond Perrin para que ele me ajudasse a escolher o tema de minha tese, já vinha com um projeto definido: minha idéia era estudar a condição do artista na sociedade medieval. Eu não media a dificuldade da coleta de dados, evidentemente fora do alcance de um principiante. Será que Lucien Febvre teria permitido que eu me aventurasse? Em todo caso Perrin, sensato, me devolveu à realidade. Mas a vontade ficou. Aceitei a encomenda. Agora a experiência adquirida me autorizava a confrontar o que aprendera sobre a sociedade e a cultura daquela época ao que já sabia sobre sua arte e ao que os especialistas da história das formas ainda me diriam. Eu estava feliz por ver reduzirem-se as distâncias entre meu trabalho de historiador e as notas que, nas liberdades ensolaradas de minha morada provençal, eu escrevia de tempos em tempos para a revista *L'Arc*, de Stéphane Cordier, ou para os *Cahiers du Sud*, de Jean Balard. Consegui que em vez de dois houvesse três volumes, e comecei a prepará-los.

Trabalhei na maior felicidade. Eu tinha mudado de ateliê. Tinha a impressão de ter mudado de pele. Permitiam que eu colaborasse diretamente na preparação dos projetos, na concepção dessas verdadeiras obras de arte, os livros da série mais suntuosa, mais bem ordenada dentre as que lançou Albert Skira. Ele me encarregava — e para mim essa era a novidade e a dificuldade da iniciativa — de elaborar um texto que se ajustasse a imagens, e imagens que escolhíamos antes de mais nada por sua beleza, que distribuíamos pelas páginas apoiando-nos sobretudo em sua força sugestiva. Porque o objetivo daqueles livros era, antes de mais nada, suscitar, manter uma emoção estética. As palavras, as frases que eu estava encarregado de escrever não eram mais que um suporte, serviriam para sustentar aquela emoção, talvez para prolongá-la, explicando. Não, evidentemente, a emoção em si que o leitor experimentava diante das obras e que eu mesmo experimentava, mas o papel que aquelas peças de ourivesaria, aquelas esculturas, aquelas disposições de pilares e volutas tinham desempenhado para aqueles que lhes haviam dado forma e para aqueles que haviam ordenado que fossem criadas. Aqueles homens não me eram estranhos. Eu adivinhava como alguns deles percebiam o mundo. Podia tentar colocar-me no lugar deles, sentir como eles e comunicar o que eles haviam sentido. Diferente do que nós sentíamos. Essa era a tarefa que eu me propunha. Explicar por exemplo a função atribuída aos vitrais numa catedral, revelar o significado profundo das "cascatas de azul" das quais Jean Genet me dizia sentir fisicamente, em seu corpo, o esboroamento perturbador quando entrava na Notre-Dame de Chartres.

Eu tinha resolvido situar esse trabalho no mesmo quadro escolhido em outros tempos para apresentar a *Economia rural*³: o conjunto da cristandade latina e o período compreendido entre o momento em que as tradições estéticas carolíngias recuperam seu vigor depois das últimas invasões normandas e aquele em que, na Flandres de Van Eyck e na Toscana de Masaccio, inauguram-se as novas maneiras de pintar. Estava me sentindo em casa. Minha retaguarda estava garantida. Mesmo assim o exercício, arriscado, exigiu de minha parte uma verdadeira conversão. Antes de mais nada, a adaptação dos métodos que costumava empregar para tratar a informação. Eu já não estava diante das palavras, dos discursos, mas diante dos objetos, e objetos de um tipo muito especial: da criação artística aquilo que não desaparecera, ou seja, quase sempre o melhor, a parte considerada mais perfeita, que o respeito dos especialistas conseguira preservar das destruições cegas e dos agravos do tempo. Portanto, a parte mais "genial". Nesse ponto aparecia a primeira dificuldade. Era preciso que eu determinasse, nesses objetos excepcionais, fosse o casaco do imperador Henrique II, conservado no tesouro da catedral de Bamberg, fosse a estátua de Adão antigamente instalada sobre o púlpito da Notre-Dame de Paris, o que parecia decorrer do "gênio", da sensibilidade pessoal do artista, de suas invenções imprevisíveis, de sua livre inspiração, em suma, o que na obra mostra-se irredutível a toda explicação, e separá-lo do que não o é, de todo o resto, desse fundo geral a que recorrem tanto mestres menores como grandes criadores, e que é o único a manter algumas relações com o meio social e cultural.

Outro obstáculo: é um erro falar de objetos. Com efeito, entre o ano 1000 e o início do século XV o objeto de arte, no sentido próprio do termo, a peça isolada, é raro, muito mais raro do que se poderia pensar ao visitar os museus onde o que se poderia tomar por objetos de arte é quase sempre um fragmento destacado por acaso de um conjunto, o qual, aliás, fica privado de boa parte de seu significado devido a essa subtração. Tal almofada de porta pintada fazia parte de um retábulo, tal figura esculpida, do pórtico de uma igreja. Ora, o retábulo ou a igreja, esses conjuntos, freqüentemente se formaram muito devagar. Os canteiros de obras das catedrais permaneceram quase todos abertos durante décadas e, entrementes, as determinações primitivas do projeto se modificavam. Assim a datação desses conjuntos é ainda mais temerária que a dos mapas de Cluny. Quanto aos elementos que foram separados deles para se transformarem em objetos de arte, é ainda mais difícil datá-los com precisão. Hoje em dia a diligência dos historiadores da arte propõe uma cronologia da evolução das formas cada vez mais rigorosa. Na época em que eu estava escrevendo aqueles livros, ela era pouco precisa. Como, nessas condições, sem ser muito arbitrário, situar os movimentos da criação no seio de uma história global? Colocá-los em relação com uma história da produção e dos intercâmbios, cujas etapas eu conseguia discernir com bastante clareza, já era uma tarefa ingrata. A empresa tornava-se francamente temerária diante dessa história dos gostos, dos desejos, das inquietações, muito mais indecisa — e cujos rastros, na época, eu ainda não sabia detectar com segurança.

(3) G. Duby. *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, 2 vols. Paris

Por fim, choquei-me frontalmente com as questões que mais tarde Jauss e seus discípulos formulariam a propósito da "recepção". Sobre que fontes de informação, sobre que critérios apoiar-se para enunciar qualquer coisa que não imprevisões quanto aos vínculos que, na sociedade medieval, puderam se estabelecer entre a obra de arte e, na falta de outro termo, o público? Como visualizar o diálogo entre aquele que encomendava a obra e o encarregado de executá-la? Como identificar a inovação, como não enfeitá-la demais, atribuir-lhe excessiva importância relativamente à torrente espessa de tradições, redundâncias e rotinas? Onde ela surge, e sob que tipo de pressão? No ateliê onde o mestre formava seus discípulos? Entre os empreiteiros a discutir com os clientes e a disputá-los entre si? No público, que esperava por ela e provocava sua emergência? Eu tentava descobrir que laços havia entre a criação artística e o poder ou, melhor, os poderes, o do dinheiro mas também o poder esmagador das crenças, e assim comecei a me informar seriamente sobre a história do cristianismo. Estudei, evidentemente, a história da instituição eclesiástica, mas com maior atenção a história profunda, essencial, da prática, da sensibilidade, das representações religiosas, com o objetivo de acompanhar o movimento que, na obra de arte, pouco a pouco fez o reflexo do Apocalipse, que no começo projetava-se violentamente nela, ser substituído pelos reflexos contrastados do romance cortês e, também, da *Imitação de Jesus Cristo*. Por fim, ao longo de toda a minha pesquisa, este problema lancinante: para os contemporâneos de Hugo Capeto ou para os contemporâneos de Donte, qual a função daquilo que denominamos arte e que para nós não tem função alguma?

Escrever aqueles livros foi, em todos os sentidos do termo, um "ensaio". Libertador: me transformou. Desembaracei-me do império da universidade. Pela primeira vez eu não me dirigia a colegas, professores, estudantes, profissionais (com efeito, durante muito tempo minhas afirmações foram consideradas livres demais e colocadas no *Index* nos institutos franceses de história da arte: para os alunos, era perigoso reportar-se a elas). Deliberadamente, ofereci a todas as pessoas cultas minha experiência de historiador das sociedades. Minha proposta era levá-las até um pouco mais perto do que estavam habituadas do tímpano de Moissac ou da tapeçaria de Angers. Para dirigir-me a esse novo público era preciso que eu me expressasse num outro tom. Aliás, para tratar de um material muito mais fino, quase intangível, eu tinha que afinar a escrita. Estava atento para não perder a clareza, mas também desejava que meu leitor me seguisse pelas zonas de sombras que o historiador inevitavelmente atravessa quando persegue essas realidades evanescentes que são os sonhos de um artista ou as nostalgias de um amante da arte. Queria que o maior número possível de pessoas partilhasse minhas incertezas bem como meus próprios prazeres. Discreto, porém, no que diz respeito a este último ponto. A obra de arte é feita para ser contemplada em silêncio, não para servir de pretexto a discursos, os quais, muitas vezes, em lugar de iluminá-la, ofuscam-na. Penso, como Julien Green, que "a beleza sempre escapa às palavras que

querem senti-la". É também por pudor que deixo de falar de minha emoção diante da pintura. Nada digo a respeito dela. A não ser, como fiz para Skira e em textos curtos dedicados às obras de meus amigos, com o objetivo de talvez ajudar, colocando a obra, enquanto historiador, no centro de um sistema de correspondências, a melhor deixar-se impregnar por seus encantos. Silenciosamente.

Palavras-chave:

História; história das mentalidades; escola dos Annales; denominações; história da arte.

Keywords:

History; history of mentalités; School of the Annales; denominations; art history.

Georges Duby é titular da cátedra de Estudos Medievais do Collège de France.

Novos Estudos
CEBRAP

Nº 33, julho 1992
pp. 65-75
